

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE DIANÓPOLIS - TOCANTINS: UMA DISCUSSÃO¹

Luzani Cardoso Barros²
Marcus Vinicius Alves Finco³

Resumo: A educação do campo tem passado por transformações substantivas tanto do ponto de vista das concepções quanto da legislação educacional. No contexto do município de Dianópolis, a Secretaria Municipal de Educação tem desenvolvido ações junto às suas escolas, principalmente no que se refere ao acompanhamento das atividades de planejamento, avaliação e formação continuada. Entretanto, ainda há uma ênfase desse trabalho com relação ao contexto urbano, o que pode ser comprovado pela estrutura física, recursos humanos, materiais didáticos e pedagógicos existentes atualmente nas escolas. Discute-se no presente trabalho a necessidade de se planejar políticas públicas que contemplem as realidades diversas, o que se faz tanto a partir da prática concreta, vivenciada no trabalho junto à Secretaria Municipal de Educação de Dianópolis, quanto a partir do estudo de trabalhos de pesquisadores da educação do campo como Arroyo, Caldart, Hage, dentre outros, além do conhecimento da legislação, com o objetivo de, a partir da compreensão, contribuir para a efetivação do direito à educação no contexto analisado de forma plena, de modo a construir uma educação do campo em conformidade com os dispositivos legais e que tenha efetiva qualidade social.

Palavras-chave: Políticas públicas; educação do campo; município de Dianópolis; qualidade social.

Introdução

O município de Dianópolis, localizado na região sudeste do estado do Tocantins possui uma área de 4.123 km², constituindo-se sede da 12ª Região Administrativa desse estado. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE / Censo 2010), o município possuía no ano 2000 uma população de 15.428 habitantes, que de acordo com o último censo alcançou um total 19.110 habitantes. Desse total, 16.447 habitantes (86,04%) vivem na área urbana e 2.663 (13,94%) na área rural.

É importante destacar que o município possui muita diversidade quanto à composição de sua população, ou seja, em relação aos seus aspectos socioculturais por abrigar

¹ Trabalho vinculado ao Projeto “A Educação no campo em foco: uma análise interdisciplinar da realidade das escolas rurais no sudoeste do Tocantins”, edital 038-2010, Capes/Inep/Secad.

² Graduada em Pedagogia com Habilitação nas Matérias Pedagógicas do Ensino Médio (UNEB-BA). Especialista em Gestão Escolar (UFT). Bolsista CNPq. Mestranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Servidora pública da Secretaria Estadual de Educação do Tocantins e da Secretaria Municipal de Educação de Dianópolis, atualmente licenciada para qualificação profissional.
E-mail: lubarros4@yahoo.com.br.

³ PhD em Economia Agrícola pela Universitaet Hohenheim (Alemanha). Docente da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e coordenador do Projeto supracitado. Email: marcus.finco@gmail.com.

pessoas oriundas de distintas partes do País, sendo fundamental, portanto, que as políticas públicas de um modo geral e as educacionais especificamente considerem esse aspecto.

Nesse sentido, a discussão proposta vem ao encontro de uma lacuna presente historicamente nos debates relacionadas à educação: a questão do processo de escolarização desenvolvido nas comunidades do campo. Por isso, enfocar esse tema significa buscar a compreensão de suas características, para, a partir do conhecimento, realizar práticas inclusivas e coerentes com o contexto social, cultural e político do campo. Assim, pretende-se adotar uma postura diversa da atual, porque o

[...] silenciamento, esquecimento e até o desinteresse sobre o rural nas pesquisas é um dado histórico que se torna preocupante [...] Um dado que exige explicação: “somente 2% das pesquisas dizem respeito às questões do campo não chegando a 1% as que tratam especificamente da Educação escolar no meio rural. O que é para muitos um dado preocupante” (Arroyo; Caldart; Molina, 2004, p. 8 apud HAGE, 2010, p.103).

Para tanto, é necessário atentar para a questão do campo. Quanto à distinção rural – urbano observa-se que não há uma definição aceita por unanimidade nem no meio demográfico e nem entre os formuladores de políticas públicas (Reis, 2006 apud Azevedo 2010). Logo, cada contexto exige o conhecimento de suas características peculiares no intuito de se propor ações e projetos capazes de atender aos anseios e necessidades dos seus sujeitos.

Assim, a perspectiva de análise da educação do campo no município de Dianópolis partirá de suas especificidades, ou seja, das escolas do campo situadas em comunidades distintas, nas quais atuam professores que também imprimem a sua marca ao trabalho pedagógico e pela Secretaria Municipal de Educação, com seus profissionais que também possuem aspirações, objetivos e concepções de educação. Todo esse universo precisa ser organizado, articulado e, antes de tudo, compreendido a fim de que se possa atingir ao objetivo de socializar o saber.

1. O Contexto Educacional no Município de Dianópolis

No âmbito da educação municipal, a Secretaria Municipal de Educação de Dianópolis (SEMED) passou por uma estruturação do organograma interno, o qual se compõe de secretário, na função gerencial e quatro coordenações (pedagógica; apoio, merenda escolar e transportes; recursos humanos, e legislação), serviços de apoio desempenhados pelos funcionários dos cargos administrativos e serviços gerais.

As Unidades Escolares contam com um quadro funcional de docentes, coordenador pedagógico, secretário e pessoal de apoio, conforme o número de alunos que atendem, sendo que onde não há determinado servidor lotado para o desempenho de uma atividade específica, a função é realizada com o suporte da SEMED. A distribuição dos servidores tanto da SEMED quanto das escolas pode ser observada no Quadro I:

Quadro I: Distribuição dos Servidores da Secretaria Municipal de Educação de Dianópolis – SEMED e Unidades Escolares

Nº de Escolas		Corpo Docente		Coordenação Pedagógica		Secretário Escolar		Outros*		Profissionais da SEMED	
Urbanas	Rurais	Área Urbana	Área Rural	Área Urbana	Área Rural	Área Urbana	Área Rural	Área Urbana	Área Rural	Técnico Pedagógico	Outros ⁴
05	12	61 ⁵	42	05	03	05	01	57	26	09	25
TOTAL	17	TOTAL	103	TOTAL	08	TOTAL	06	TOTAL	83	TOTAL	34
TOTAL DE SERVIDORES DA SEMED										234	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Dianópolis - dados relativos ao ano 2010. (Elaborado pela autora)

O quadro apresentado possibilita algumas reflexões, sobretudo no que diz respeito à educação nas escolas do campo, responsabilidade da esfera de governo municipal, sobretudo

A partir da década de 1970, progressivamente, os municípios vão assumindo a educação municipal e alguns programas federais são pensados para estruturar a educação municipal (Souza; Cabral Neto, 2004; Queiroz, 2004; Boaventura, 1996). Cria-se os Órgãos Municipais de Educação. Essas ações ampliam-se a partir da Constituição Federal de 1988, quando esta oferece maior autonomia aos municípios, possibilitando, no âmbito educacional, a criação de seu sistema de ensino. Na década de 1990, a estruturação da educação municipal se aprofunda, sobretudo a partir da LDB e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF), que institui uma política de municipalização induzida, fazendo crescer enormemente as matrículas e as responsabilidades dos municípios com a educação local. (...) as Secretarias Municipais de Educação, criadas em substituição a outros órgãos municipais de Educação. (HAGE, 2010, p. 43).

A despeito de se ter um total de 12 escolas, o equivalente a 71% do total que funcionam na área rural, o número de docentes das mesmas equivale a somente 41% do total de professores em atividade no município de Dianópolis. Esse número ilustra uma situação que é recorrente nos municípios brasileiros: a questão da unidocência, ou seja, as escolas do campo onde apenas um professor trabalha e atende a alunos em várias etapas do seu processo de aprendizagem, organização denominada multisseriada. Para AZEVEDO (2010),

⁴Outros: Servidores do quadro Técnico Administrativo e Auxiliares de Serviços Gerais (como vigias e merendeiras).

⁵Os números se referem apenas aos servidores em atividade (não constam os servidores aposentados e ou afastados de suas atividades por outras razões).

não é a organização em multissérie que determina a qualidade da educação oferecida no meio rural, mas as condições materiais, político-pedagógicas e de infraestrutura em que funcionam as escolas e se desenvolvem os processos de gestão e de ensino-aprendizagem (p.99)

Verifica-se pela afirmação a necessidade de o estabelecimento escolar atender a exigências relativas ao plano infraestrutural, material e político pedagógico. Questiona-se então, com base nos dados apresentados no quadro I, se o fato de somente em três, das doze escolas do campo (o equivalente a 25%), contarem com um profissional lotado para o acompanhamento pedagógico dos docentes não acaba por prejudicar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem?

As questões de cunho administrativo das escolas do campo também apresentam uma situação complexa: somente uma escola do campo (o equivalente a 8% das doze existentes) possui um secretário lotado para desenvolver atividades de organização de diários, históricos escolares e a organização de outros documentos. Nas demais escolas (em número de onze), essas atribuições ficam a cargo do diretor, coordenador pedagógico e, na falta desses, são realizados pelo professor e ou pela SEMED.

2. As Especificidades da Educação do Campo em Dianópolis

Observa-se dessa forma um descompasso porque, ainda que desde 2002 tenham sido instituídas as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo, que estabelecem, no Art. 2º, parágrafo único que

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país,

as condições concretas de funcionamento das escolas do campo ainda evidenciam uma ênfase à educação no contexto urbano, onde se tem, conforme ilustra o quadro analisado, escolas com pelo menos a estrutura funcional completa, a exemplo de coordenadores pedagógicos, secretários e profissionais de apoio e serviços gerais, lotados nas cinco escolas da área urbana de Dianópolis, o que diverge da situação existente no campo.

AZEVEDO (2010) afirma que

No século XIX, na França, já era possível identificar um modelo semelhante ao que hoje denominamos de escola rural organizada com turma multisseriada ou unidocente

e justificava o tipo de educação que o camponês deveria ter, conforme mostra Ponce (2005), ao ressaltar que propostas como as de Pestalozzi, Besedow, Filangieri, entre outros de sua época, defendiam que as classes populares e ricas deveriam ter uma educação conforme a sua condição socioeconômica. (p.94).

É inaceitável que dois séculos depois ainda se conviva com tantas disparidades entre a estrutura para a educação formal pública oferecida no campo e na cidade. Seria uma organização escolar intencionalmente preparada para impedir o acesso aos conhecimentos formais pelas populações do campo? Esse questionamento se realiza principalmente pelas condições de organização das escolas, tanto físicas quanto pedagógicas existentes no campo no contexto de Dianópolis atualmente, que permitem uma comparação com a educação praticada no contexto do campo brasileiro em períodos históricos anteriores, fato ainda recorrente, conforme pode-se observar na seguinte afirmação referente aos agravantes da escola do campo:

Outro agravante corresponde ao ambiente escolar, muitas vezes improvisado, atípico para um espaço escolar que requer condições pedagógicas adequadas ao processo ensino-aprendizagem. (...) Na década de 1970, prevaleciam, como prédios, os grupos escolares construídos por volta de 1930 e 1940, mantendo-se, segundo Queiroz (1998, p. 6), “aqueles com uma única sala de aula e um professor para atender a uma ou mais séries no mesmo horário (classes multisseriadas)”. Ainda que o grupo escolar tenha cedido lugar à outra arquitetura, esse quadro não foi plenamente alterado. (HAGE, 2010, p. 63).

O fato de se ter uma estrutura física nas escolas do campo ainda bem distante do que seria ideal é bem definido por uma professora⁶ do município de Dianópolis, em entrevista concedida em 28/01/2011. Quando questionada sobre a estrutura física das escolas situadas na área rural de um modo geral, a descrição realizada infelizmente confirma a afirmação anterior:

até onde eu conheço, né, ah, quase todas são de ... quali é de, são prédios boas, a estrutura física é boa né, tem alguns até que é padrão assim em, em estrutura física, porém a minha é a única que funciona em residência, na minha casa no caso e a situação são enes fatores que, ..., são e, ..., ai meu Deus, que..., ai gente, ... que impossibilitam a construção da escola. São documentos, são terrenos, são ... boa vontade também, acho que não só dos moradores, né, então, do poder público também às vezes. Então eu não sei bem identificar qual é mesmo o problema de não construir a escola pra gente, pra gente tá trabalhando, né, enquanto que tem alunos que tá vindo estudar na cidade, tumultuando o ônibus, né, o ônibus tá superlotado, o ônibus da rota, que deveria estar estudando lá, né, então tem algo que tem que ser feito. Tá vindo pra cidade, causando problema pro, pro transporte escolar.

A resposta de P1 é muito reveladora no sentido de evidenciar que os fatores burocráticos e políticos têm impedido a construção da escola do assentamento. A fala da

⁶Para preservar a identidade da professora, iremos chamá-la P1.

professora se refere tanto ao poder público municipal quanto aos próprios moradores, quando optam por matricular os alunos em escolas da área urbana, em vez de realizar cobranças junto à Prefeitura no sentido de proceder à construção do prédio escolar.

Em sua análise a professora evidencia ainda outro problema ocasionado pela inexistência da escola, que é a superlotação do transporte escolar, situação que poderia ser evitada segundo a mesma, pois os alunos da primeira fase do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) não precisariam se deslocar do lugar onde residem se houvesse a oferta desse nível de ensino, em condições adequadas.

As demais escolas do campo de Dianópolis (em número de onze) possuem o prédio escolar, mas apresentam situações ainda distantes das que seriam necessárias quando se pretende ter uma educação efetivamente caracterizada pela qualidade social.

Com relação ainda à questão do deslocamento de alunos do campo para a cidade, observa-se que um estímulo à oferta de educação do campo para as comunidades em suas localidades como afirma o Art. 6º das Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo:

Art. 6º O Poder Público, no cumprimento das suas responsabilidades com o atendimento escolar e à luz da diretriz legal do regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, proporcionará Educação Infantil e Ensino Fundamental *nas comunidades rurais* (grifo nosso), inclusive para aqueles que não o concluíram na idade prevista, cabendo em especial aos Estados garantir as condições necessárias para o acesso ao Ensino Médio e à Educação Profissional de Nível Técnico.

Entretanto, no município de Dianópolis, em 2011 os alunos do campo do Povoado das Missões, localizado a uma distância de 10 km da sede, terão que estudar em escolas urbanas, conforme explica a professora P2⁷, em entrevista concedida em 27/01/2011, quando fala sobre a estrutura física das escolas do campo:

Bem, atualmente, as escolas da zona rural elas já vem com uma estrutura muito boa, isto é, as escolas que foram construídas dentro de pouco espaço de tempo; mas as que já eram construídas antes, elas não tem estrutura boa, não está assim uma estrutura adequada, o telhado das escolas, principalmente a primeira escola municipal rural, é... essa escola já está muito danificada, precisando de uma boa reforma; mas nós temos também, escolas na, na zona rural que tem estrutura muito boa, que a estrutura física, já tem, só falta mesmo a questão de espaço de esporte, mas futuramente vai ter, a não ser que a gente possa tá é, gozando dessas,...., dessas, ..., dessa estrutura né, pra que o nosso alunado possa melhor desenvolver o ensino – aprendizado com as atividades físicas e diversificadas. Ela fica localizada na fazenda..., Povoado das Missões, é um Povoado que, ... histórico não é, indígena e com moradores bem próximo à escola. Infelizmente ela veio a fechar esse ano (se referindo a 2011) devido à quantidade de número de aluno... é, uma questão muito difícil porque é uma escola já de, de nome,

⁷Para preservar a identidade da professora, iremos chamá-la P2.

né, uma escola, a primeira escola do município, infelizmente veio a fechar, mas a gente tem a esperança de que ela volte a funcionar novamente. 61 anos de existência.

A resposta de P2 traz uma discussão muito importante com relação ao direito à educação: a desativação de uma escola devido ao número de alunos. Quando a Constituição Federal de 1988 garante o direito de todos à educação, não estabelece o número mínimo de alunos para que se tenha escola, somente afirma no Art. 205

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O texto constitucional garante a todos, portanto, o direito à educação. Na Escola Municipal Missões no ano 2010 estudaram dez (10) alunos, que em 2011 serão transportados para a área urbana, sendo assim distanciados do seu contexto familiar e certamente do convívio com os amigos, já que na área urbana o agrupamento se faz conforme a série. Além disso, terão esses alunos a consideração, nas escolas onde serão matriculados o respeito por sua história, linguagem, experiência, saberes, cultura e demais traços oriundos do seu contexto? São questões interessantes a serem consideradas no momento de pensar a organização das escolas do campo.

E em relação a essa questão de “só quando temos 20 alunos é que abrimos uma escola. Nós temos que acabar com isso. Temos que acabar com esse critério e *exigir que seja garantido o direito à educação para todos*, (grifo do autor) 10, 15, 4, 8, 6. Temos que inventar formas de garantir a educação como direito de cada ser humano” (ARROYO, 1997, p. 34-35). Na implementação de políticas públicas para a educação do campo o poder público precisa considerar todas as suas especificidades, e uma delas é a questão demográfica.

Outra questão crucial é a Educação Infantil porque constitui uma etapa de atendimento prevista desde a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, que no Art. 54 afirma como dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente dentre outros: IV: “atendimento em creches e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”. Em se tratando da população residente no campo, esse dispositivo legal ainda não se concretizou, pois o atendimento à infância acontece, nas escolas do campo, concomitante às classes de Ensino Fundamental, o que se contrapõe às Diretrizes Operacionais da Educação do Campo quando afirmam

Art. 2º Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas

do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a *Educação Infantil* (grifo nosso), o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal.

Essa especificidade no atendimento é ratificada pelo Decreto 7.352, de 04 de novembro de 2010, ao afirmar no Art. 4º, “I - oferta da educação infantil como primeira etapa da educação básica em *creches e pré-escolas do campo* (grifo nosso), promovendo o desenvolvimento integral de crianças de zero a cinco anos de idade.” Como se promove a igualdade de oportunidades quando não se tem escolas para as crianças do campo e se pretende exigir de todos os alunos o desenvolvimento das mesmas habilidades ao ingressarem no primeiro ano do Ensino Fundamental? Quando não se dispõe concepções pedagógicas e nem de espaços e ou de mobiliário, recursos didático-pedagógicos, nem disponibilidade de tempo para o professor se dedicar exclusivamente a todas as crianças dessa etapa e por isso mesmo há diferenças enormes na educação formal oferecida a crianças residentes no campo e na área urbana?

É preciso discutir essas questões para que se busquem alternativas que transformem essa situação porque infelizmente

As crianças e os adolescentes das zonas rurais do Brasil – que incluem os que vivem em comunidades indígenas e quilombolas – são as vítimas das desigualdades verificadas na educação brasileira. A maior taxa de analfabetismo está no campo, assim como o maior grupo de pessoas fora da escola. Faltam escolas para atender todas as crianças e adolescentes, e muitas das que existem não oferecem infraestrutura adequada nem professores com a formação necessária para exercer suas funções (Unicef, 2009, P. 23 apud HAGE, 2010, p. 287).

Enquanto a garantia da educação do campo para todos os níveis de ensino se fizer somente no plano do acesso à escola, ainda estaremos bem distanciados da igualdade de oportunidades e da garantia da educação como direito público subjetivo.

3. O Acompanhamento às Escolas do Campo em Dianópolis

Uma das ações da SEMED em relação às escolas municipais diz respeito ao acompanhamento realizado por cada setor (pedagógico; apoio, merenda escolar e transportes; recursos humanos, e legislação), conforme sua responsabilidade específica. Nos deteremos

mais especificamente na dimensão pedagógica, devido a uma maior proximidade⁸ com a mesma.

O trabalho de acompanhamento pedagógico consiste na atividade sistemática de verificação das tarefas inerentes à docência, como o planejamento, realização das aulas e processo avaliativo. Além dessas atividades a equipe pedagógica realiza ainda encontros para formação continuada dos docentes.

A análise do trabalho realizado com as escolas situadas no campo permite deduzir que ainda é preciso aprimorar esse fazer, especialmente considerando que ainda não há na SEMED um setor responsável exclusivamente pelas questões inerentes ao campo.

Segundo Luckesi (1968), a avaliação consiste em um “*julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão*” (apud 1995, p. 33, grifo nosso). Assim, no contexto do trabalho de acompanhamento realizado pela SEMED em relação às escolas do campo, ainda se faz necessário repensar alguns aspectos, dentre os quais a organização das classes que funcionam no contexto do campo, sobretudo as da primeira fase do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) que funcionam em turmas multisseriadas.

Nesse sentido precisamos questionar: o que entendemos pela organização multisseriada? Efetivamente os professores (e a própria SEMED) estão preparados para trabalhar com essa organização? A forma como é orientado o planejamento e realizados os encontros de formação continuada favorece o processo de ensino e a aprendizagem e garante que se ofereça uma educação do campo com qualidade social no município de Dianópolis?

É preciso ter clareza quanto à distinção entre a educação rural, como mera reprodução do modelo urbano, no campo, de forma descontextualizada e a educação do campo, ainda que se façam adaptações no contexto do campo, como estabelece o Art. 28 da LDB 9.394 / 96, mesmo porque os objetivos implícitos e explícitos são completamente diferentes, sendo que

O debate a respeito da educação rural data das primeiras décadas do século XX. Começou no 1º congresso de Agricultura do Nordeste Brasileiro, em 1923, e tratava de pensar a educação para os pobres do campo e da cidade no sentido de prepará-los para trabalharem no desenvolvimento da agricultura [...] Enquanto a Educação do Campo vem sendo criada pelos povos do campo, a educação rural é resultado de um projeto criado para a população do campo, de modo que os paradigmas projetam distintos territórios. Duas diferenças básicas desses paradigmas são os espaços onde são construídos e seus protagonistas (FERNANDES; MOLINA, 2004, apud AZEVEDO, 2010, p. 62).

⁸No ano de 2006 ingressei no serviço público municipal, em Dianópolis, e, desde janeiro de 2007 passei a integrar o setor pedagógico da SEMED.

A diferença vai muito além da nomenclatura, referindo-se, sobretudo à concepção de educação, de homem e dos objetivos inerentes à prática educativa. Para Hage,

Talvez o maior desafio seja a apropriação do termo campo, pois não basta substituir a palavra rural no material pedagógico. Falar em Educação do *Campo* é colocar a escola de qualidade para além dos aspectos metodológicos. Será necessário trazer o protagonismo, em todas as dimensões e estruturas do fazer educativo, bem como implicar a escola com a produção da vida política, social, cultural e econômica. Significa dizer que deve haver comprometimento com a educação como um lugar de tensões, de tomada de posições, de conflitos. (HAGE, 2010, p. 59).

Nesse sentido, a discussão das políticas públicas para a educação do campo no município de Dianópolis significa um passo na perspectiva de, a partir da tomada de consciência da situação em que esse contexto se encontra, seja possível reestruturar a prática. Isso se dará num primeiro momento

Organizando as formas de intervenção e atuação numa realidade que, pela sua natureza, é mutável. Isso significa que o projeto é ao mesmo tempo um desejo, uma utopia, e uma concretização. Melhor dizendo, o projeto incorpora a utopia, mas sua característica é organizar a ação, por isso precisa ser sempre operacional (LIBÂNEO, 2004, p. 161).

Porém, não somente a partir da reestruturação das formas de organização é que será feita a transformação do contexto. Também no âmbito da configuração da implementação de políticas públicas instituídas pelo poder público, para que se institua uma maneira coerente de conceber e praticar a educação do campo.

Para tanto é preciso caracterizar o contexto da educação de Dianópolis. Quem são os sujeitos envolvidos? Onde estão situados? Dentre outras questões. Inicialmente, conforme dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Dianópolis / Censo 2010, informados pelo Setor de Legislação, estavam matriculados nas escolas dessa rede de ensino um total de 1647 alunos, dos quais 591 estudavam em escolas da área rural e 1056 em estabelecimentos da área urbana, conforme quadro II:

Quadro II – Localização das Unidades Escolares, Níveis e Modalidades de Ensino que ofereceram e Matrículas em 2010

Nº	Unidade Escolar	Distância em relação à sede do município (km)	Níveis e modalidades de ensino que oferecem			Nº de discentes
			E. I.	1º ao 5º ano	6º ao 9º ano	
1	Esc. Mul. Alto Alegre*	22	X	X	-	17
2	Esc. Mul. Ass. Bela Vista*	15	X	X	-	08
3	Esc. Mul. Ass. Santo Antônio	32	X	X	-	20
4	Esc. Mul. Contagem *	13	X	X	-	51
5	Esc. Mul. Descoberto	46	X	X	X	118
6	Esc. Mul. Gleba Olho d'Água*	38	X	X	-	11
7	Esc. Mul. Missões*	10	X	X	-	06
8	Esc. Mul. São Dionísio*	57	X	X	-	13
9	Esc. Mul. Santa Rosa*	15	X	X	-	12
10	Esc. Mul. Tucunzinho	50	X	X	X	99
11	Esc. Mul. Varjão	58	X	X	X	94
12	Esc. Mul. Reunida Santana	35	X	X	X	142
13	Esc. Mul. Imaculada I	Área urbana	X	X	-	305
14	Esc. Mul. Imaculada II		-	X	-	212
15	Esc. Mul. Irmã Amparo		X	X	-	194
16	Esc. Mul. Santa Luzia		X	X	-	195
17	Esc. Mul. Tia Marieta		X	-	-	150
TOTAL DE ALUNOS						1647

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Dianópolis - dados relativos ao exercício / 2010.

*Unidades Escolares com Classes multisseriadas. (Elaborado pela autora)

Com esse conhecimento, deve-se partir para o re-conhecimento dos sujeitos, tanto professores, alunos, como a comunidade do campo com seus valores, cultura, tradições, trabalho, relação com a terra e demais elementos que caracterizam o contexto do campo. Dessa forma, poderá ser pensada uma proposta exequível de educação pública *no* e *do* campo para o contexto de Dianópolis, considerando que

A defesa da escola pública do campo e no campo se contrapõe a toda política de erradicação da infância e adolescência de suas raízes culturais, de seu território, de suas comunidades, dos processos de produção da terra e de sua produção como humanos. Escola do campo, no campo. A escola, a capela, o lugar, a terra são componentes de sua identidade. Terra, escola, lugar são mais do que terra, escola ou lugar. São espaços e símbolos de identidade e de cultura. Os movimentos sociais revelam e afirmam os vínculos inseparáveis entre educação, socialização, sociabilidade, identidade, cultura, terra, território, espaço, comunidade. Uma concepção muito mais rica do que a redução do direito à educação, ao ensino, informação que pode ser adquirida em qualquer lugar. (ARROYO, 2007).

Algumas considerações

A educação do campo requer tanto do poder público quanto dos profissionais a compreensão de suas especificidades, o que implica na necessidade de conhecimento pedagógico como também de compromisso político.

Com base na discussão realizada, fica patente que para a efetivação da educação no e do campo é necessário que se tenha formação inicial e continuada dos professores com ênfase à questão da discussão das especificidades do campo; condições adequadas para o trabalho docente (garantia do tempo pedagógico); cumprimento das horas atividade – para planejamento docente; garantia da oferta de ensino no campo nos níveis e modalidades previstos em lei, com qualidade social; existência de profissionais em todas as escolas para a execução das funções distintas do trabalho docente; adequação física das escolas conforme os padrões existentes; recursos didáticos e pedagógicos adequados e suficientes para o desenvolvimento das atividades inerentes ao processo de ensino e aprendizagem; oferta do serviço de transporte escolar de modo que atinja a toda a população que necessita; provimento do quadro de docentes por meio de concurso público, a fim de que tenha um quadro estável, porque a despeito de serem realizados concursos específicos para o campo, ainda é nesse contexto que se concentra um número expressivo de profissionais contratados temporariamente.

Dentre outras, essas medidas possibilitarão a construção de uma educação do campo mais inclusiva, permitindo que se cumpra, além do acesso à escola, a socialização dos bens culturais para toda a população, de modo a não penalizá-la com condições inadequadas por estar localizada fora do perímetro urbano do município, ou de ser obrigada a percorrer longas distâncias para ter acesso a um bem que lhe compete por direito.

Referências:

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Políticas de Formação de Educadores (as) do Campo**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007.

AZEVEDO, Marcio Adriano de. **Avaliação do Programa Escola Ativa como Política Pública para Escolas Rurais com Turmas Multisseriadas: A Experiência em Jardim do Seridó / RN (1998-2009)**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Centro De Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei N. 9.394/96.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)** - Lei nº 8.069

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988. – 23. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004. 80 p. – (Série textos básicos; n. 34).

BRASIL. **Decreto nº 7.352**, de 4 de novembro de 2010.

CALDART, Roseli Salete. **Educação em movimento**. In.: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete e MOLINA, Mônica Castagna (orgs.). Por uma educação do campo. Petrópolis - RJ: Vozes, 1997.

HAGE, Salomão Mufarrej; ROCHA, Maria Isabel Antunes – (orgs). **Escola de direito: reinventando a escola multisseriada**. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. – (Coleção Caminhos da Educação do Campo).

IBGE. http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=17. Acesso em: 28/03/2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. 5 ed. revista e ampliada. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: SP: Cortez, 1995.

MEC. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Resolução Nº 1, de 3 de abril de 2002.

P1 - **Entrevista realizada com professora P1 concedida a Luzani Cardoso Barros**. Dianópolis, 28 de janeiro de 2011.

P2 - **Entrevista realizada com professora P2 concedida a Luzani Cardoso Barros**. Dianópolis, 27 de janeiro de 2011.